

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.673 - PB (2020/0220887-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DE PIANCO**  
**ADVOGADO : FERNANDA VALDEVINO CIRILO E BRITO - PB025652**  
**AGRAVADO : CÍCERA MARIA DOS SANTOS ALVES DE SÁ**  
**ADVOGADOS : KENNYA JULIANA ANGELO DE SÁ - PB012718**  
**JOAO PAULO FIGUEREDO DE ALMEIDA - PB018986**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE PIANCO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. SALÁRIO RETIDO. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. ÔNUS DO MUNICÍPIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, II, DO CPC. NÃO DESINCUMBÊNCIA DO ONUS PROBANDI JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU.

**DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

- O ônus da prova quanto ao direito alegado pela parte recorrida é do Município, por constituir fato extintivo do direito do autor, conforme previsão do art. 373, II, CPC.

— Considerando que a autora conseguiu comprovar a condição de contratante, penso que caberia ao município trazer provas que afastassem o direito ao recebimento da contraprestação pecuniária, já que a autora cumpriu, satisfatoriamente, com a sua obrigação, porém, nada foi feito, o que me faz crer que não merece qualquer retoque a sentença da instância inaugural.

— O não pagamento do valor pleiteado constitui enriquecimento ilícito da administração, sendo, portanto, inadmissível que o promovente seja penalizado com a negativa da administração.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 373, I, do CPC, bem como divergência jurisprudencial, no que concerne à comprovação dos fatos constitutivos do direito do autor, trazendo o seguinte argumento:

Em nenhum momento nos autos o apelado juntou provas, de qualquer ordem que sejam, para fundamentar seu pedido, dando-se ao luxo de apenas colacionar aos autos fantasiosas alegações de que o apelante estava em débito com o mesmo, com

único intuito de acometer os cofres públicos do apelante, provocando de tal sorte, insanáveis prejuízos a edilidade (fls. 69).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

Analizando detidamente os autos, denota-se que a promovente comprovou nos autos que é servidora pública do Município de Piancó/PB, exercendo o cargo de professora, com lotação da Secretaria de Educação, o que demonstra fato constitutivo do seu direito (art. 373, I, CPC).

Caberia, portanto, à edilidade trazer elementos probatórios de fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC), não se desincumbindo do ônus de provar a quitação da verba pleiteada.

[...]

No caso, o município não logrou demonstrar o pagamento do valor pleiteado na inicial, mesmo quando intimado, restou inerte, afirmando apenas que o onus probandi caberia à autora. O Município apenas afirma que comprovou o pagamento através de ficha financeira, entretanto, analisando os autos, verifico que é inverídica tal afirmação, já que não trouxe nenhuma prova de pagamento, muito menos a ficha financeira da promovente.

Desse modo, considerando que a autora conseguiu comprovar a condição de servidora, penso que caberia ao município trazer provas que afastassem o direito ao recebimento da contraprestação pecuniária, já que a autora cumpriu, satisfatoriamente, com a sua obrigação, porém, nada foi feito, o que me faz crer que não merece qualquer retoque a sentença da instância inaugural.

Outrossim, o não pagamento do valor pleiteado coíteu enriquecimento ilícito da administração, sendo, portanto, inadmissível que o promo seja penalizado com a negativa da administração (fls. 55/56).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este

Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ademais, a despeito de ter sido apontada a alínea "c" do permissivo constitucional, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido: “Não se conhece de recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial quando esta não esteja comprovada nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (reeditado pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC), e 255 do RISTJ. Precedentes”. (AgInt no AREsp 1.615.607/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.575.943/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 2/6/2020; AgInt no REsp 1.817.727/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgInt no AREsp 1.504.740/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 8/10/2019; AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente